

OS COMBATES QUE AINDA FALTAM NA «GUERRA DA CEDILHA»

FERNANDO CRISTÓVÃO *



As perspectivas positivas e correspondentes tarefas que hoje se apresentam à língua portuguesa, sobretudo na sua difusão internacional, contrastam com o desleixo e falta de enquadramento legal e cultural com vista à sua defesa e ilustração.

Vozes de quadrantes diversos se têm elevado contra esta situação, e o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa — ICALP, desde há cerca de dois anos que intensificou a sua actividade em favor da promulgação de medidas institucionais que ponham termo a este estado de coisas.

A recente criação do Conselho Nacional de Língua Portuguesa — CNALP, é já uma primeira medida positiva, mas longo caminho há que percorrer, pois a nossa língua continua demasiado vulnerável em relação às investidas descharacterizadoras de outras línguas e culturas, e maltratada dentro dos próprios currículos escolares portugueses.

É neste contexto que julgamos dever enquadrar-se a problemática do Acordo Ortográfico celebrado no Rio de Janeiro em 12 de Maio de 1986, pois, isolada

dela, o controverso não tem sentido, e não ser como «exercício retórico e bizantino dum qualquer «guerra da cedilha»».

Não deixa de ser curioso notar que os ataques ao novo acordo só surgiram depois de ele ser assinado pelas delegações dos sete países lusófonos, apesar de alguns dos seus diversos trabalhos preparatórios serem públicos e os delatores reclamarem a necessidade de um debate prévio! Efectivamente, as reformas propostas no Rio de Janeiro foram longa e cuidadosamente preparadas, em especial pelo «Primeiro Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa», realizado na Universidade de Coimbra em Maio de 1967 e por comissões nomeadas pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras do Rio de Janeiro, durante os anos que foram de 1971 a 1975. Além disso, as ideias mestras das bases do Acordo foram apresentadas pela Academia das Ciências em sessões públicas antes do acordo, e os variados aspectos de política linguística que envolvem o mesmo acordo debatidos e divulgados pelo

desde Outubro de 1985 em páginas públicas e artigos nos principais jornais portugueses, também em Maio de 1986.

anhos e curioso este debate sobre o Ortográfico em que a Comunicação colocou em pé de igualdade a opinião pública os nossos especialistas de linguística e os alistas de outras áreas (que de itica sabem muito pouco) e simples res!

o entanto, o acordo ortográfico era o de muitos anos de trabalho de ialistas como Antenor Nascentes, so Câmara, Sílvia Elia, Gladstone is de Melo, Ayrton Dall'igna Rodri-Adriano de Gama Cury, António ss, Celso Cunha, Vitorino Nemé-acinto do Prado Coelho, Lindley t, Alvaro J. da Costa Pimpão, Maria urdes Belchior, Manuel de Paiva , A. da Costa Ramalho, M. Helena Pereira, José Herculano de Carva-aloca Casteleiro.

xplicavelmente, mas cumprindo tradição que já vem de outros as ortográficos, a controvérsia mais cesso como manifestação de pre-:ios pessoais que de debate nacio-:onfirmando-se o paradoxo atrás lido para a situação da língua: por do fez transparecer que ela é um tónio precioso a defender, por mostrou que essa defesa continua ir-se às cegas. Defesa predominantemente instintiva, como a de alguém smado de um pânico súbito, luta no confundindo amigos com adver-: e sem saber exactamente o que em jogo.

ora que a tempestade acalmou, nos ter chegado o tempo para uma ie mais serena e situada.

que reflectir-se mais sobre o e objectivos do Acordo, fazendo ao primeiro plano um debate sobre itica linguística a seguir e o lugar ela ocupa a presente reforma. Até ie nem a reforma de 86 é tão al como supõem alguns, nem a rafia actualmente em vigor, desde y, vale mais ou menos que a pro-: . É uma de entre as várias que a i língua tem tido ao longo dos os, e continuará a ter, enquanto o rvadorismo imobilizador não nos a falar sós neste canto da Ibéria. ra foi a ortografia de Fernão Lou-otra a de Camões, outra a de Eça, é a de 45, outra será a de 86. E

nenhuma delas é mais portuguesa ou mais apta que a anterior ou a seguinte, pois em todas, poetas, prosadores, dramaturgos, ensaístas, o povo comum se exprimem como querem sem outros incómodos que não sejam os do analfabetismo ou do purismo, esses sim os verdadeiros inimigos da língua.

Porquê então agarrarem-se uns tantos à ortografia de 45 como se fosse a única da língua? Porque não olhar para o que o futuro convida a língua portuguesa a fazer?

Não significam estas afirmações que a controvérsia foi inútil. De modo algum, até porque, além do reavivar o amor pela língua, umas tantas críticas e sugestões surgiram como complementares ou alternativas, esperando nós que possam ser tomadas na devida conta.

Nesta acalmia de momento, seria bom que todos os que se interessam por estes problemas aproveitassem para ler as bases do Acordo (é espantoso como tanta gente discordou sem nunca ter lido o texto das bases, e sem verificar que as informações que lhes foram transmitidas eram erradas!) e avaliar o que para além da ortografia está em jogo. É que há combates mais importantes a travar, ao lado dos quais muitos dos problemas do hífen ou semelhantes não passam de bizantinos questiúnculas duma «guerra da cedilha».

Com esse objectivo, propomos uma reflexão sobre algumas questões maiores:

1.º — Queremos ou não uma ortografia para todo o espaço lusófono, tal como acontece com os francófonos, anglófonos e hispanófonos?

Será que para os 210 milhões de lusófonos, previstos para daqui a uma dúzia de anos, a incongruência de existirem duas ortografias oficiais (a portuguesa e a brasileira) vai aumentar pelo ajustamento das diferenças, ou irá mesmo alargar-se ao absurdo de sete ortografias oficiais, pois todos os países lusófonos podem reclamar os mesmos direitos?

Não é necessário ter grande imaginação para se inventariarem as grandes vantagens de uma ortografia unificada que em nada atinge a liberdade de fala de cada um dos sete países.

Vantagens na circulação do livro e outras mensagens escritas, porque não será necessário fazer adaptações orto-

gráficas em qualquer dos sete países (Portugal alargava consideravelmente o seu mercado); no desenvolvimento do ensino, por se aproveitarem todos os materiais escritos dos sete (e a África bem precisa desse apoio); para se pôr termo à discriminação negativa de que somos objecto em algumas organizações internacionais e grandes escolas estrangeiras (que preferem a ortografia brasileira, de maior mercado); para desenvolver o ensino do português no estrangeiro, especialmente nos leitorados (a dupla ortografia é acréscimo inútil de esforço e confusão para outras iniciativas, decorrentes destas, no material audiovisual e na informatização).

Não se diga ser a unificação ortográfica uma utopia irrealizável, pois é facto indesmentível que o acordo do Rio foi subscrito pelos delegados ou representantes dos sete países lusófonos, tendo sido todas as suas bases aprovadas por unanimidade. Mais ainda, que alguns desses países se mostram impacientes com a demora portuguesa em aprovar o acordo, para além de desgostosos com opiniões infelizes emitidas em Portugal, por alguns críticos, de carácter racista ou neo-colonialista.

Não sendo a ortografia a mesma coisa que a língua, contudo muito a serve através da unidade ortográfica, por isso parece inconcebível que perante tais objectivos haja quem gaste o seu tempo a conjecturar sobre inconvenientes de pormenor.

2.º — Queremos ou não defender e valorizar a nossa língua e cultura dando os passos seguintes na unidade ainda possível?

Ao falarmos de unidade não a queremos confundir com a uniformidade, pois partimos também da ideia hoje já adquirida, em geral, de que cada um dos sete espaços lusófonos possui ou está a caminho de possuir a sua norma cultural nacional, e que a unidade possível respeita e se opera sobre essas normas cultas nacionais, conforme tão lucidamente afirma a comissão nacional nomeada pelo Governo brasileiro e integrada por Celso Cunha, Abgar Renault, António Houaiss e outros:

«A emergência de variedades linguísticas postulou a existência de duas ou mais normas cultas dentro de uma mesma língua de cultura (...) O Conceito de língua culta, conexo ao



Na impossibilidade de uma linguagem universal, os problemas da tradução agigantam-se. Na foto, Fernando Pessoa, autor traduzido em várias línguas

de norma culta, não coincide, pois, com a de língua de cultura. As línguas de cultura oferecem uma feição universalista aos seus milhões de usuários, cada um dos quais pode preservar, ao mesmo tempo, usos nacionais, locais, regionais, sectoriais, profissionais (...). A língua quanto mais for extensa pelo número de seus usuários e pelos territórios em que for falada e escrita, tanto mais terá de ter um sistema ortográfico acima das variações nacionais, regionais e locais».

No seguimento da aprovação do Acordo, outros passos foram previstos, tais como o da publicação de um vocabulário geral da Língua, comum aos sete países, com a indicação das variantes nacionais, quando existentes, e a indicação da sílaba tónica; o do estudo e constituição de uma nomenclatura gramatical comum; um acordo sobre a tradução dos nomes geográficos e históricos provenientes das línguas estrangeiras, visto que a prática seguida de os adaptar à nossa língua gera confusões e impede o seu

rápido e universal reconhecimento, nas relações internacionais.

Não alimentemos ilusões sobre as dificuldades acumuladas no caminho de qualquer destes projectos sabendo que não é a aprovação do acordo ortográfico, só por si, que as resolve, mas estamos convictos de que ele ajuda a resolvê-las por ter abolido alguns impedimentos e iniciado uma prática consensual. Estes projectos são possíveis sem o acordo de 86, mas sê-lo-ão, de facto, contra ele? Com que razões ou vontade negocial?

3.º - Na autêntica competição cultural que actualmente existe entre os grandes grupos linguísticos (anglófono, francófono, hispanófono) querem os lusófonos unir-se para resistir à colonização cultural em curso, e construir algo de próprio?

Construir a «pátria da língua» não é fabricar uma abstracção poética. É construir e institucionalizar um diálogo de 210 milhões de pessoas salvaguardando um património comum que se vai construindo.

Foi com esse propósito que a delegação portuguesa apresentou às outras, no Rio, uma proposta de criação de um «Conselho Internacional da Língua Portuguesa» de presidência e sede rotativas entre os sete países.

A oportunidade desta conjugação de esforços parece grande: face aos excessos de intromissão, na nossa língua, em especial do inglês, tanto nas terminologias científicas como na linguagem quotidiana; face ao avanço da língua e cultura francesas no espaço linguístico-cultural português, de que o Guiné e Goa são exemplos típicos; face à informatização linguística onde todos os dias os grandes bancos de dados avançam em passos de gigante mesmo adentro da nossa própria língua, e sem o nosso controlo.

Será que estamos condenados a não fazermos mais que sancionar e polir as traduções dos estrangeiros, ou a fabricar apressadamente terminologia para tapar as lacunas dos bancos de dados do Luxemburgo e do Canadá, continuando a ouvir dizer que os poucos tradutores portugueses são insuficientes e incompetentes?

É hoje afirmação corrente a de que as línguas não industrializadas per-

a curto prazo, a sua capacidade de **linguas de civilização**. hamadas indústrias da lingua ram e monopolizam de tal modo a matização, as máquinas e as ias a ela ligadas, que cada vez nos mais distantes de possuir e er culturalmente homogênea a a lingua. Numa hora em que o go do **homem** com a **máquina** e máquinas entre si, desde a cozi- às grandes indústrias de ponta, já realidade, as consequências lam-se tanto mais gravosas nto os quatro umbrais que se avam intransponíveis (som, léxico, axe e sentido) foram já franquea-

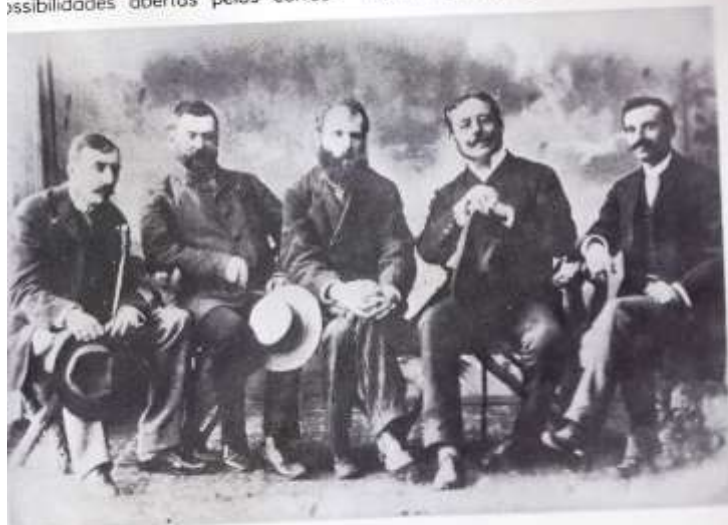
ultrapassadas as ilusões da possi- lade de uma lingua universal ou da endizagem de várias como sufi- tes, os problemas da tradução gantaram-se sobretudo para os ses de linguas menos ensinadas. mercado mundial das **traduções** iculado actualmente em 200.000 hões de páginas/ano), não é possi- competir empregando esforços e :nicas artesanais. Até porque os trumentos informáticos de apoio à dução já conseguem um aumento i produtividade situado entre os cin- ento e os oitenta por cento, e as ssibilidades abertas pelos correc-

tores ortográficos automáticos, os ins- trumentos informáticos de ajuda à redacção, os processos de geração multilingue de textos e os novos siste- mas de lexicografia, bibliografia, ges- tão de arquivos e outras maravilhas da burótica não esperam por nós.

Vamos entrar neste mundo exacto e complexo com duas ou mais ortogra- fias e regras de manejo inutilmente complicadas? Para quê? Em nome de quê?

Julgamos que só conjugando esfor- ços e recursos financeiros é que pode- mos entrar com êxito neste universo, estabelecendo prioridades e partici- pando em tecnologias acessíveis aos nossos recursos, nomeadamente na área dos suportes lógicos reutilizáveis, ou negociando em boas condições o mercado correspondente ao nosso **espaço** linguístico-cultural.

Ora, seria no mínimo ridículo, pen- sar-se que as tarefas apontadas são impossíveis sem a aprovação do Acordo Ortográfico. Não são impossíveis, mas além de ganharem muito com a sua aceitação, são improváveis sem ele, e sem o consenso que o gerou e que receamos resulte comprometido por uma recusa. Isto sem excluir, obviamente, a hipótese de uma renegociação que não nos parece técnico- mente fácil de realizar.



Os «Cinco» (dos «vencidos da vida»). Da esquerda para a direita: Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro



Fernando Lopes teve uma ortografia. Cidades altas. Diferente foi a de Eça (na foto). Nenhuma delas é mais portuguesa do que a anterior ou a seguinte

Em face da magnitude destas tare- fas, que importância têm a supressão de alguns acentos (a acentuação das estruturas já se generalizou, no por- tuguês, no princípio deste século); que ortodoxia resultará da supressão das consoantes *esitas* (já reclamada, tal como a de certo emprego do *h* e outras medidas, desde o começo do século XVIII, por Vianna); que contra- tefe estético irá ocorrer com a simpli- ficção do uso do *litter* (quem sabe aplicar as regras de 1945?); que tesou- ros preciosos perdemos com simples acertos ortográficos que tanto coisa importante nos ajudam a alcançar?

Nesto «guerra de castiella», travada sobretudo em território de Bósnia, exornada de tão heróicas lanças de valentia, de damas e cavaleiros, ainda sobram algumas forças para os verda- deiros combates que importa travar?

* Professor Catedrático da Universidade Clássica de Lisboa e Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Nota: assinaturas de redacção